



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Relações de trabalho - organização, gestão e exploração da força de trabalho.

REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO: SER SOCIAL, CAPITALISMO E ALIENAÇÃO

**LEONARDO COSTA MIRANDA¹
RAISSA CRISTINA SOUSA DE MORAES²**

Resumo: Visto que o trabalho tem grande importância para a transformação da humanidade, o estudo presente pretende levantar reflexões a respeito de três das diversas determinações que cercam esta categoria, como o ser social, o contexto capitalista e a alienação. Tais reflexões buscam entender o motivo pelo qual o homem, que tem em sua essência, uma relação com a natureza ao seu redor, sente-se alheio ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e ao próprio homem. Como veremos no decurso do texto, este processo tem explicação histórica e ontológica.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; alienação

Abstract: Since work has great importance for the transformation of humanity, the present study intends to raise reflections on three of the determinations that surround this category, such as social being, capitalist context and alienation. Such reflections seek to understand why man, who has in essence a relationship with nature around him, feels alienated from his work, the product of his work, and man himself. As we shall see in the course of the text, this process has a historical and ontological explanation.

Keywords: job; capitalism; alienation

1 – INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa teórica tem como objetivo levantar algumas reflexões sobre o ser social, a ordem capitalista e a alienação, tendo como centralidade desta discussão, a categoria trabalho. Para isso, a pesquisa irá voltar-se para a história, fazendo o esforço de resgatar processos sociais e políticos para compreender de que forma constituiu-se o trabalho, como ele ganha uma roupagem diferente no contexto capitalista, e de que forma a alienação acontece nesta dinâmica.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <raissacs Moraes@hotmail.com>

A temática é relevante do ponto de vista social, pois não se pode perder de vista a importância da categoria trabalho, visto que na atual conjuntura em que o capitalismo se encontra, os direitos que foram conquistados pelos movimentos e sindicatos estão sendo desmontados devido ao avanço neoliberal, o qual se alastra mundialmente. Ter clareza do que significa o trabalho, e especialmente, como este trabalho pode ser, e quase sempre o é, alienado, possibilitando que a classe trabalhadora fique à par do que acontece nas relações de trabalho.

Já do ponto de vista político, a ordem capitalista possui, no seu interior, a luta de classes, e esta relação conflituosa perpassa todos os âmbitos da sociedade, inclusive aqueles onde são tomadas decisões que influenciam na vida de todos, como no Estado. Assim, entender o Estado não como uma instituição estática, mas sim dinâmica, composta de indivíduos que através dos jogos de interesse, decidem os rumos da sociedade, seja com ações, ou com a falta delas, é fundamental para entender as determinações do trabalho.

Não se pode perder de vista que, conforme sinaliza Netto (1996), o Estado apesar de ser uma arena de luta entre os sujeitos políticos, foi e continua sendo cooptado pelos interesses burgueses, e que por este motivo, tende a atuar de maneira mínima frente à classe trabalhadora. Quando alocamos esta afirmação para os dias atuais, na conjuntura do neoliberalismo, pode-se perceber um Estado cada vez menor para a classe trabalhadora, e cada vez maior para a classe dominante; um dos exemplos concretos desse Estado que age em prol do capital, é a derrubada de direitos históricos da classe trabalhadora.

Ainda sobre o que foi sinalizado acima, segundo Oliveira,

entende-se que o Estado cumpre a sua funcionalidade ao ideário burguês, contudo, sendo permeável à luta de classes, pois é justo por esta via que os trabalhadores conquistem seus direitos e os têm assegurados. Entretanto, observa-se também que apesar das aberturas promovidas por este aparato, quer pela facilitação de crédito, quer pela realização de melhorias em infra-estruturas [...], se a classe trabalhadora não se mobiliza, os direitos passam a ser rechaçados [...] (2018, p. 9).

Portanto, a classe trabalhadora necessita conhecer a sua história e os mecanismos pelos quais a burguesia assegura sua hegemonia, bem como apropriar-se dos elementos que envolvem o trabalho, para então fazer o enfrentamento da hegemonia, especialmente, pela via da política, principal

canal por onde a classe dominante legitima-se. Esta repassa e/ou impõe à sociedade que o modo de produção o qual nos detemos, é natural e necessário; entretanto, como veremos nas sessões a seguir, de acordo com a presente análise, não é, e precisa ser superado.

2 – METODOLOGIA DA PESQUISA E ANÁLISE DE RESULTADOS

Inicialmente, sob uma perspectiva científica exploratória, a pesquisa bibliográfica foi constituída a partir de uma revisão crítica da literatura que circunda o tema proposto, de acordo com as categorias previamente estabelecidas: Trabalho, Capitalismo e Alienação. Esta opção metodológica foi escolhida, pois a revisão da literatura

Compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão intimamente relacionados àquele que está sendo realizado. Relaciona o estudo a um diálogo maior [...]. Proporciona uma estrutura para estabelecer a importância do estudo e também uma referência para comparar os resultados com outros resultados. (CRESWELL, 2010, p. 51)

A partir da pesquisa realizada em revistas e plataformas online, bem como no Google Acadêmico, foram escolhidos 02 artigos científicos para fornecer subsídio teórico a esta pesquisa. Além disso, a revisão aqui situada debruçou-se sobre os textos que constam na bibliografia da disciplina de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, a qual se aloca na grade curricular do curso de Serviço Social.

Vale ressaltar que em toda e qualquer teoria o método é algo essencial e central, e assim o é na teoria social, cuja formulação está relacionada ao estudo da sociedade, e, portanto, o seu objeto não pode deixar de ser as pessoas, o ser humano, ou seja, se constitui como um objeto que está em constante movimento.

Com base no método em Marx, é apreendido que a teoria (do capital) é a reprodução ideal (que se dá a nível intelectual) do movimento real (pois o objeto está em movimento, processo de mudança) do objeto pelo sujeito que pesquisa, isto é, o sujeito deve compreender seu objeto e reproduzir, pois o conhecimento é elaborado através da relação sujeito x objeto. Este teórico

busca a essência do seu objeto (sociedade burguesa), e o seu método de pesquisa visa justamente isto, a essência das coisas a serem pesquisadas.

Portanto, o que comanda os procedimentos do pesquisador são a estrutura e a dinâmica do objeto, e, nesta relação, o estudioso/pesquisador busca extrair as múltiplas determinações deste. Na Economia Política, partia-se de um objeto concreto, em uma forma caótica do todo e através de uma análise, era possível chegar-se a determinações mais simples e, segundo Marx, em Para a Crítica da Economia Política, o movimento deve ser feito ao contrário, em uma “viagem de modo inverso” (p. 116), partindo-se não mais de um todo caótico.

Neste “caminho de volta”, as determinações mais simples são “carregadas” das relações e das dimensões para reproduzir as múltiplas determinações que constituem o concreto real, isto é, partir-se-ia de determinações simples, pois o concreto real é a síntese de múltiplas determinações, que através do pensamento (análise), pode-se chegar ao concreto pensado, ou seja, a essência.

Neste sentido, na sessão 2.1, será feita uma análise dos textos de Netto e Braz; Marx e Engels, com o intuito de discutir o ser social, debate necessário para entender o porquê de o trabalho ser uma atividade inerente ao homem; já na 2.2, faz-se um apanhado histórico do modo de produção capitalista, passando pela sua gênese até a sua atualidade, sempre tendo como questão central o trabalho, objetivando mostrar de que forma o trabalho alterou-se neste lapso histórico. E, finalmente, na 3.3, expõe-se a alienação, tendo como questionamento, o fato de que se o trabalho pertence ao ser social, por que no capitalismo constitui-se alheio ao homem?

2.1 – Trabalho: a relação com a natureza e a constituição do ser social

O trabalho sempre esteve atrelado à sociedade; não se pode pensar abstratamente, em nível ontológico, um sem o outro, pois os avanços em todos os espaços habitados pelo ser humano só houve porque em sua base, o trabalho era pré-existente. Segundo Netto e Braz (2007), o trabalho “trata-se de

uma categoria que [...] faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” (p. 29).

Diante disso, pensar a categoria trabalho (não apenas como um conceito referente à economia) torna-se imprescindível para uma análise profunda daquilo que, para Marx, é a mais complexa determinação das transformações em nível histórico e ontológico do fenômeno humano e social.

Netto e Braz (2007) afirmam que o trabalho, na medida em que se desenvolveu em um largo espaço de tempo, rompeu com o que deveria ser apenas natural, pois,

em primeiro lugar, [...] *o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural [...]*, ele exige *instrumentos*, que no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*; em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades [...]* (p. 30-31)

Assim, deve-se analisar o trabalho no gênero humano, pois a forma como ele desenvolve, transforma, e mais que isso, *ressignifica* a natureza, tem impacto direto no desenvolvimento humano e nas relações sociais. Este processo somente é possível, pois há uma relação de transformação da natureza por meio da ação humana, relação esta que não pode ser constatada em outras espécies, pois apenas os seres humanos são capazes de projetar suas objetivações. Isto é, “o trabalho, adaptação ativa e programada do mundo, é o que distingue o ser social do ser animal; o que supera a espontaneidade da casualidade natural e insere, no universo propriamente humano, o elemento teleológico” (LIMA, 2015).

Neste sentido, o trabalho está fortemente atrelado às 1) transformações da natureza e 2) à construção do ser social, ao longo de um largo espaço temporal.

Há relação com a primeira, pois, o homem para satisfazer suas necessidades mais básicas, precisou criar — uma vez que, diferentemente dos animais irracionais, é dotado de teleologia — instrumentos capazes de satisfazerem-nas. E, após alcançar tais objetivações, projetou outras, criando, assim, instrumentos mais complexos para conseguir suprir as necessidades

que estão para além das necessidades biológicas, alterando intensamente o espaço sensorial que o circundava.

Mas, antes deste processo, é necessário levantar um ponto, que se pensado há grosso modo pode trazer interpretações equivocadas, sendo de fundamental importância para compreender o sentido ontológico do trabalho, sendo ele que

[...] os homens precisam estar em condições de viver para “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de mais nada comer e beber, morar, vestir e ainda algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e cada hora tão somente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1989, p. 194)

E com a segunda, pois, à medida que o homem criou necessidades para além das daquelas que são inerentes ao corpo biológico, criou também instrumentos através da sua razão, a qual é capaz de projetar e concretizar, impactando assim, o modo de agir do gênero humano como um todo, já que os avanços em relação ao trabalho, objetivações e instrumentos para alcançá-los também foram se complexificando, gerando assim, um processo dinâmico. Um exemplo disso é a necessidade de proteger-se da chuva e do sol, o homem precisa tanto quanto a maioria dos seres vivos, mas a forma como o faz é notadamente distinta, pois, ele projeta o lugar em que vai inserir-se antes de concretizá-lo.

Visto que a humanidade incorpora experiências e habilidades passadas, Netto e Braz (2007) apresentam o conceito nomeado “linguagem articulada”, que seria o ato de repassar saberes e conhecimentos através de uma mesma linguagem. Ou seja, o homem, após seus experimentos diante daquilo que é desconhecido e obtendo sucesso sobre aquilo que se dispôs a realizar, repassa as informações, métodos e passos, para os demais homens, pois, mesmo que a relação do sujeito com a natureza se dê no plano material, o ato de projetar se dá no campo abstrato, e dessa forma, requer elementos imateriais para raciocinar antes de consolidar sua objetivação. Ainda, os autores enfatizam que tais processos somente podem ser capturados, porque estão no campo social e material, a “linguagem articulada” não pertence à lógica biológica.

Além disso, outro ponto a ser levantado e que é crucial para, posteriormente, dar base ao que a categoria trabalho representa dentro do contexto capitalista, é que esta, em sua essência ontológica, é eminentemente coletiva, isto é, social. Ao analisar a categoria trabalho como base de qualquer transformação da humanidade, não se pode pensar o sujeito — aquele que concretiza — isoladamente; este, está sempre se relacionando com outros sujeitos, seja numa ligação mútua com a mesma finalidade, seja pela distribuição de funções, ou até mesmo pelo poder que um sujeito impõe sobre o outro.

Portanto, se o trabalho, como autor da transformação da humanidade sempre se deu no coletivo, ou seja, numa relação sujeito-sujeito, os agentes desta, não podem ser incluídos no que se pode ser chamado de ser natural, mas sim, do ser social (NETTO; BRAZ, 2007). Ora, se os conhecimentos são repassados através da relação concreta entre sujeitos, e se estes conhecimentos só podem ser possíveis de serem pensados, pois há uma comunicação dentro do convívio social, então, estes seres só podem ser sociais, tirando da centralidade da discussão qualquer rastro do “ser natural”.

Entretanto, é preciso ressaltar que, neste momento, a discussão configura-se acerca da capacidade de repassar conhecimentos dentro de um convívio social e que, por conseguinte, proporciona a reprodução social dos seres, e não a reprodução natural, ou seja, aquela pertinente à reprodução biológica dos seres humanos, seja, por exemplo, entre homens e mulheres, pais e filhos; entretanto, Marx e Engels afirmam que posteriormente a reprodução natural também irá tornar-se reprodução social (1989, p. 195).

Ademais, se por um lado, o trabalho em nível ontológico sempre esteve atrelado ao processo do ser social, por outro, em seu nível histórico, com o desenvolvimento das sociedades, o trabalho foi sendo direcionado em nome de um “deus” (feudalismo), e às vezes até imposto (escravista), chegando ao atual modo de produção (capitalismo). Nele, o trabalho ganhou uma nova roupagem, onde ele mesmo aparece como um fenômeno para aqueles que realizam a atividade laboral, onde este trabalhador não consegue se enxergar como autor do produto final, bem como não consegue perceber, principalmente que, ele é um ser social com potencialidades diversas.

Em síntese, de acordo com a análise que tem como base o referencial teórico presente, o homem sempre esteve em contato com a natureza para transformá-la e para transformar a si mesmo — desdobramentos do trabalho — , este processo tornou-se uma das determinantes que constituem o ser social. Entretanto, como veremos na sessão a seguir, a constituição do ser social depende das diversas determinações de onde ele nasceu e viveu.

2.2 – O trabalho no contexto capitalista

Na sessão anterior, entende-se o trabalho como uma atividade que evoluiu em si mesma e forneceu subsídios para que o ser social transformasse a sociedade e a natureza. Entretanto, nesta, pretende-se explicitar a história do capitalismo — modo de produção — e os seus desdobramentos para o ser social, a título de exemplo, a limitação de suas potencialidades.

Com a Revolução Industrial no século XVIII, o capitalismo, que já vinha ganhando espaço, finalmente consolidou-se, tomando assim, o lugar do feudalismo no que diz respeito ao modo de produção. Este processo rebateu em todos os níveis da sociedade, modificando drasticamente os espaços sociais, bem como o modo de agir daqueles sujeitos que eram tocados por tal.

Desta forma, a lógica capitalista, conforme o seu avanço, despertou no mercado a livre concorrência, gerando a concentração e a centralização da produção. Este fato histórico fornece base para a explicação de muitas consequências que puderam ser constatadas posteriormente, não apenas o crescimento da “questão social” inversamente à concentração de renda, mas os mecanismos para manter uma classe minoritária em detrimento de outra bem maior.

Ao se falar de classe social dentro do contexto capitalista, estão imbricadas a ela, duas: a dominante (burguesia) e a dominada (trabalhadores, operários). E, não se pode analisar a dominante sem colocá-la como um objeto dinâmico que através de suas movimentações sociais, políticas e econômicas constrói a sua própria história. Neste sentido, para entender como esta classe ascendeu socialmente e economicamente, é necessário, antes, entender as determinações que levaram a este acontecimento.

A burguesia diz respeito à classe social que detém os meios de produção de riqueza, e cujas preocupações estão voltadas para a preservação da propriedade privada e do capital, a fim de garantir a sua supremacia econômica na sociedade, e para isso, precisa produzir ao mesmo tempo a riqueza e a pobreza.

E, a ordem desta classe, que se configura como objeto de estudo do grande teórico que realiza crítica ao capitalismo, Karl Marx, tem sua consolidação em um contexto no qual a Europa passava por grandes processos de mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas. O aparecimento da classe burguesa tem relação direta com a propagação de ideais iluministas, os quais foram de grande importância para o declínio da Idade Média.

Assim, com a complexificação do capitalismo, surgiu a fase concorrencial, seguidamente a monopolista, ou como também denominada, imperialista. Esta última, ficou marcada pelos objetivos da classe dominante, os quais não estavam relacionados apenas à concentração, mas também à mobilização de poder político e econômico; em outras palavras, “um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia” (HARVEY, 2009, p. 31).

Este avanço capitalista criou bases sólidas para que o conhecimento técnico-científico pudesse desenvolver-se — uma vez que, durante a “Idade das Trevas” fora totalmente barrado — e, assim, atingindo níveis como nunca antes constatados. Entretanto, paradoxalmente, a violência, a pobreza, a exploração, a opressão, a desigualdade, entre outras expressões da “questão social”, acentuaram-se no interior da sociedade. Um exemplo muito claro é a inserção de crianças e mulheres no mundo do trabalho no século XIX. Este acontecimento foi marcado pelas condições as quais os trabalhadores — homens, e agora, crianças e mulheres — tinham que submeterem-se caso quisessem ter condições para viver: extensas jornadas de trabalho, baixos salários, alto índice de mortalidade, ambientes insalubres, entre outras.

Visto que este modo de produção tem como um de seus pressupostos, a sua renovação cíclica, já que está sempre entrando em crises e reformulando-se, em determinado ponto do seu lapso histórico, viu-se a necessidade de

sistematizar o processo de produção, o que impactou diretamente na vida do trabalhador. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), foi o grande responsável por esta primeira otimização, separando a atividade intelectual da atividade manual, limitando ainda mais a potencialidade da capacidade de pensar dos trabalhadores, ou seja, o trabalhador, enquanto ser social, foi reprimido, possuindo assim, poucas possibilidades para o desenvolvimento do exercício de pensar suas relações trabalhistas; acerca disso, Marx e Engels afirmam,

O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende inicialmente da constituição mesma dos meios de vida encontrados aí e a ser produzidos. Este modo de produção não deve ser considerado só o segundo aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele já é antes uma maneira determinada de atividade desses indivíduos, uma maneira de manifestar em a sua vida, um *modo de vida* determinado. Os indivíduos são assim como manifestam a sua vida. O que eles são coincide portanto com a sua produção, tanto com o *que* produzem quanto também com o *como* produzem (1989, p. 187)

Intensificou-se então, a proximidade entre trabalhador e máquina, colocando como práxis do trabalho, a repetição fragmentada acerca da produção, bem como o controle rígido do tempo. Esta padronização deixou o trabalhador alheio a qualquer possibilidade de sentir-se autônomo enquanto sujeito que constitui o produto, acabou por desprezar qualquer teleologia dele mesmo, desqualificando-o ainda mais no interior do trabalho.

A partir dos modelos de produção que sucederam dentro do modo de produção capitalista, pôde ser observado que estes modificaram-se e atualizaram-se, entretanto, a lógica da hegemonia burguesa continuou presente, de tal forma que a classe trabalhadora continuou em um lugar de subalternidade. Ainda, vale ressaltar, por exemplo, o toyotismo, que emerge dentro de um contexto em que o mundo encontra-se globalizado como nunca, com multinacionais em busca de países subdesenvolvidos com mão-de-obra barata, pregando uma divisão ainda mais fragmentada da produção. O modelo em questão tenta conciliar matéria prima, estoque e demanda, procurando de maneira flexível evitar desperdícios no processo de produção.

Ainda, o toyotismo, é um grande autor do desemprego vivenciado no século XXI, pois o trabalhador volta a tornar-se responsável por diversas tarefas na produção, gerando um grande contingente de trabalhadores que não está empregado, bem como, pretende passar ao trabalhador a sensação de

“pertencimento” à empresa e ao produto desta, isto é, fazê-lo sentir, finalmente, como um dos sujeitos que constituem o produto, o que não passa de uma ideologia, vide que os resultados da produção continuam os mesmos, isto é, a concentração cada vez mais acentuada dos meios de produção e preservação da propriedade privada.

Neste sentido, constituiu-se então — no capitalismo —, a divisão social e técnica do trabalho, a qual se configura com a seguinte dinâmica: enquanto alguns pensam a forma como o trabalho irá ser realizado e o que dele será produzido, outros apenas concretizam este processo; aliás, estes “outros” dizem respeito à grande maioria daqueles que estão inseridos no modo de produção capitalista. Em outras palavras, há uma regressão do ser social, porque se em uma sociedade, há a exploração do homem pelo homem, logo, o sentimento de pertencimento a respeito do produto final propagado pela classe dominante é mera ilusão.

Nesta lógica, pode-se compreender o motivo pelo qual as objetivações de alguns sujeitos serem menos “ambiciosas” do que as de outros, pois, este processo não se dá igualmente para todos os homens, elas dependem do lugar em que eles nascem e vivem. Uma minoria, a classe burguesa — aquela que detém os meios de produção e a propriedade privada —, fornece aos seus sujeitos maiores oportunidades de acesso ao leque de objetivações humanas (como a educação, a filosofia, a ciência, etc.), enquanto que uma maioria, a classe trabalhadora, a qual está na ponta do trabalho sendo explorada, materializa aquilo que é posto pela classe dominante, o que provoca certa limitação quanto ao seu desenvolvimento social e cognitivo.

Assim, ao voltar-se para a história, é possível vislumbrar que as classes proletária e burguesa estão constantemente em conflito, seja em macro situações, como no Estado, seja em micro situações, como na negociação entre empresas e sindicatos. O fato é que, a história tem em sua base a luta de classes, pois é ela quem pressiona as estruturas do sistema em vigência.

Em alguns momentos, por exemplo, quando o capitalismo entra em crise, o que é algo essencial a ele, a classe proletária aproveita-se deste momento para alcançar protagonismo político, em outros, quando aqueles que dão direção ao capitalismo encontram novas formas de torná-lo ainda mais

incisivo, como no neoliberalismo, os direitos da classe trabalhadora são retirados em um espaço de tempo bem menor do que aquele necessário para construí-lo.

Relacionando o que já foi discutido à altura desta sessão, acrescido com o que foi explanado na anterior, pode-se entender o porquê das objetivações da classe dominante serem diferentes das da classe dominada, e isto não é meramente “natural”, advém de diversos mecanismos postos pela burguesia dentro e fora das relações de trabalho para manterem os trabalhadores como subalternos — garantindo a sua hegemonia —, desde as condições materiais de vida dos trabalhadores, até o cerceamento da capacidade de pensar para o não questionamento à ordem burguesa.

Em suma, percebe-se que, o capitalismo, assim como os outros modos de produção, é fruto de uma série de processos complexos e contraditórios, o qual tem como direção o ideal burguês. Localizar o trabalho no contexto capitalista é uma obrigatoriedade para entender por que processos o trabalhador é cooptado pelo discurso capitalista e de que forma ele legitima-o, ou seja, de que forma é retirada do trabalhador qualquer perspectiva de realização própria, embora este processo não se localize apenas no nível individual, como será exposto a seguir.

2.3 – O processo de alienação

Como alienação, entende-se um processo que surge dentro das relações de trabalho — mas que ecoa para muito além dela —, cria-se uma verdadeira “cortina de fumaça” para os trabalhadores, impedindo-os de enxergar as determinações de sua exploração dentro do modo de produção capitalista. Esta dinâmica acontece em duas vias:

A primeira, refere-se à exteriorização do produto em relação ao trabalhador, ou seja, o objeto produzido é alheio a ele mesmo. Aquilo que advém do processo de produção aparece como um fenômeno frente ao trabalhador. E, a segunda, explicita que, assim como o produto final, o próprio trabalho é alheio ao trabalhador, em outras palavras

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser alheio*, como um *poder independente* do produtor. O

produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se fez coisa, é a *objetivação* do trabalho. A realização efetiva do trabalho é a sua objetivação. No estado econômico-político esta realização efetiva do trabalho aparece como *desefetivação* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, apropriação como *alienação*, como *exteriorização*. (MARX; ENGELS, 1989, p. 149)

À medida que o homem é alienado, é também desvalorizado e sua consciência torna-se limitada, não apenas através deste movimento capturado por Marx de exteriorização, mas também através da exaustão. Ora, se um trabalhador ocupa-se na produção de forma que lhe falta horas para dormir, certamente não terá tempo para as suas objetivações para além do trabalho, uma vez que o próprio trabalho não se constitui como uma destas.

Como visto nas sessões anteriores, o ser social diz respeito aos sujeitos capazes de transformar o que está ao redor e a si mesmo, mas que por outro lado, no contexto capitalista, as possibilidades da classe dominada são limitadas, ou inatingíveis, as quais são alcançadas somente pela classe dominante, aquela que dá a direção ao próprio capitalismo, que pode manter-se no poder se produzir a pobreza entre os trabalhadores. Diante desse quadro, a divisão social e técnica do trabalho a qual o capitalismo dispõe, é concreta e se constitui para além da delegação de tarefas, pois interfere no modo de vida concreto dos trabalhadores.

Além de estar alheio ao produto e ao trabalho, o homem é alheio a ele mesmo. Marx afirma que o homem, como um ser social, precisa ser ativo na sua própria história, mas como já destacado anteriormente, o capitalismo o impede de voltar a agir de acordo com a sua condição de ser genérico. Assim, Marx propõe a superação da alienação, e pontua que esta não pode ser efetivada através do Estado ou de partido político, e sim, por meio próprios trabalhadores, homens e mulheres, que movimentam a história e precisam ser autores da mesma.

Dessa maneira, a conquista assinalada acima, não pode ser feita por meio de emancipações políticas, e sim, econômicas, nas quais os homens possam, ao superarem o modo de produção em vigência, estabelecer um novo modo de se viver na sociedade, onde eles possam agir de acordo com as suas possibilidades, o que não é possível dentro desta lógica capitalista.

Marx propõe, então, o caminho para esta superação, o comunismo positivo, não apenas com intuito de superação da alienação, mas de todos os

outros elementos que constituem o poder burguês e o asseguram em seu lugar de privilégio, isto é, a tomada de poder econômico, a superação da propriedade privada, enfim, instaurar uma sociedade sem divisão de classes. Nas palavras do próprio Marx, “o comunismo como superação positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e por isto como apropriação efetivamente real da essência humana pelo e para o homem” (MARX, 1989, p. 168). Destarte, é mister que os trabalhadores mobilizem-se como classe não apenas social, mas política, para que através do desenvolvimento de suas consciências, possam mudar o quadro no qual se encontram, e isto só poderá acontecer a partir do momento que eles se perceberem como aqueles que mudam materialmente o concreto. Extinguir a divisão de classes é um fato que apenas os homens, através de suas ações, podem tornar possível. É claro que este processo requer um largo espaço tempo, mas está empiricamente verificado na história que nem um modo de reprodução social da vida é eterno, a humanidade passou por vários outros até chegar ao próprio capitalismo, e o que vem a seguir dele pode somente ser criado pelos próprios indivíduos, os seres sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na discussão aludida, podemos vislumbrar que, conforme a humanidade foi desenvolvendo-se durante a história, foi também intensificada a divisão social e técnica do trabalho. Para constatar empiricamente, basta observar história, o mais longe que pudermos ir, e então teremos o fato de que a partir do momento em que tarefas e deveres foram divididos por grupos, um deles vivia em detrimento de outro.

No atual modo de produção é onde se pode perceber a mais complexa divisão social e técnica do trabalho, e para garantir a intensificação desta, a burguesia põe em prática todos os mecanismos para assegurar o seu lugar, como a repressão e o consenso através do controle político-ideológico, exemplo disso, é a utilização, especialmente, do Estado como ferramenta no processo de legitimação do modo de produção capitalista.

Entretanto, com base no que foi discutido nas sessões desta pesquisa, podemos afirmar que homens são, materialmente falando, os autores de suas próprias histórias que, de forma universal, é a história dos seres sociais. E, se ao longo do largo espaço de tempo, o homem criou modos de produção e reprodução da vida, como o capitalismo, que o aliena dele próprio, então apenas ele mesmo pode ser o sujeito capaz de superá-lo.

Falando-se da superação do capitalismo, Marx afirma que a revolução não pode ocorrer apenas através de um homem, esta luta deve ocorrer de maneira coletiva, ou seja, de toda a classe trabalhadora, que através da transformação concreta dos seus meios de vida, mudará a consciência da classe, dessa maneira, gerando uma mobilização política, a qual lutará pela extinção da divisão entre classes, da propriedade privada, e da concentração dos meios de produção.

O comunismo, bem como o socialismo que o antecede, é o caminho deixado pelos grandes pensadores que fizeram a crítica ao capitalismo, e continua a se atualizar no mundo contemporâneo, visto que a “questão social” continua a intensificar-se, principalmente, nos países periféricos. Esta linha teórica tem em seu cerne o objetivo de transformar a sociedade, e mais especificamente, desmontar a ordem capitalista vigente, e, por isso, seus pensadores sempre são perseguidos pelo conservadorismo e seus atores; não é à toa que os grupos de esquerda são sempre cerceados e, muitas vezes, até assassinados, como aponta Netto (2011).

Contudo, mesmo com a intensificação do capitalismo, pode-se perceber muitos grupos, entre eles, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, articulando-se em prol da resistência diante do cariz fatal do modo de produção atual, todos em favor da classe trabalhadora. Eles são de fundamental importância para a luta anticapitalista, a qual anseia pela distribuição da riqueza socialmente produzida. Assim, podemos afirmar que cabem aos sujeitos engajados politicamente, e aqueles que estão articulados com projetos societários emancipatórios, a debaterem noções de democracia e liberdade com a sociedade, para além dos limites postos pelo capital.

Neste sentido, a classe trabalhadora necessita inserir nas consciências de todos aqueles que a constituem o desejo de uma sociedade mais igualitária,

a qual possa garantir a todos os meios de vida, sem que para isso precise produzir a pobreza para um grande número pessoas. A luta contra o capital deve ocorrer por todas as vias possíveis, dentro do trabalho, das academias, do Estado, e principalmente, na rua. Todos estes espaços citados são indispensáveis para que a classe trabalhadora venha a tencionar a ordem hegemônica.

Em síntese, entende-se que o trabalho é uma atividade inerente ao desenvolvimento da humanidade. Entretanto, diante da configuração deste no contexto capitalista, pode-se observar que a sua essência através dos mecanismos que asseguram a hegemonia da classe dominante é escondida da classe trabalhadora, e a alienação é uma das determinações mais importantes para impedir o trabalhador de perceber a sua condição explorado, pois neste modo de produção o mesmo não se constitui como detentor da riqueza que advém deste processo.

Por fim, a dinâmica em tela necessita ser superada, e apenas será, quando a mobilização política da classe trabalhadora impactar nas consciências de todos os homens, fazendo-os enxergarem a sua condição de subalternos, e ao mesmo tempo, mostrando a eles, as possibilidades que os mesmos teriam se as suas potencialidades, segundo Marx, fossem desenvolvidas em uma sociedade diferente da construída sobre os pilares do capital, em outras palavras, o que pode-se apreender é que, somente em uma sociedade comunista, com a superação da alienação, o trabalhador poderá viver sem a exploração, e desenvolver sua consciência, de forma coletiva, igualitária, e sem resquícios de exploração.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LIMA, R. A. Trabalho, Alienação e Fetichismo: categorias para a compreensão marxiana do Estado e do político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 17, p. 7-42, ago. 2015.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: _____. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 116-123.

MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. In: FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. História. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Introdução do Estudo do Método em Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

OLIVEIRA, V. L. R. A. Precarização do Trabalho na Contemporaneidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 6, 2018; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 13, 2018. Vitória, ES. **Anais...** Vitória, 2018.